



GT 05 – As cidades no século XXI

Interreconhecimento, diversidade e autossegregação:
formas de sociabilidade nos espaços públicos de Salvador

Rafael de Aguiar Arantes
(Departamento de Sociologia – Universidade Federal da Bahia)

1. Introdução

Este trabalho analisa os usos dos espaços públicos de Salvador e as formas de sociabilidade urbana desenvolvidas nesses lugares. Essa discussão se assenta no quadro de transformações sociais e econômicas do último século, quando mudanças nos espaços públicos fizeram surgir reflexões críticas sobre as suas características atuais. Boa parte dessas perspectivas apareceu na segunda metade do século XX, tendo como referências principais Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennet, mas adquiriram maior centralidade nos anos que marcaram a passagem para o século XXI, com os trabalhos de uma série de autores, entre eles Mike Davis e Tereza Caldeira (RAMÍREZ KURI, 2008).

Como assinalaram diversos teóricos (WEBER, 1979, WIRTH, 1979, SENNET, 1988, etc.), as cidades se constituíram tradicionalmente como espaços da liberdade frente às hierarquias e imobilidades do mundo feudal. Na medida em que cresciam e ganhavam importância política, cultural e econômica, em determinado momento se constituíram também como um espaço onde surgiu uma “esfera pública burguesa” (HABERMAS, 2003) e uma “cultura” (assim como uma “geografia”) pública (SENNET, 1988). Esse processo teria conformado padrões específicos de sociabilidade, distintos aos do mundo rural/tradicional, ora associados ao cosmopolitismo, civildade, tolerância à diferenças, ora associados ao isolamento, solidão, indiferença e a práticas *blasés* (SIMMEL, 1979, WIRTH, 1979, SENNET, 1988, DUHAU, 2001, MONGIN, 2009, NETTO, 2012).

Nas últimas décadas, porém, tem se observado uma série de transformações como a proliferação de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) e uma tendência de “fuga dos males da cidade” (ARANTES, 2011), que vem conformando um abandono cada vez maior dos espaços públicos e uma recusa da convivência interclassista e da constituição de laços de sociabilidade baseados na alteridade. Diversas pesquisas apontam como os processos de privatização urbana vêm se acentuando ao mesmo tempo em que os cidadãos, amedrontados com o crescimento da violência e da repercussão midiática incentivada pelo “capital do medo” (BAUMAN, 2009), cada vez mais se autossegregam, em busca de proteção, privilégios e distinção. Por conta desses e de outros processos (vinculados à escala e forma das cidades contemporâneas, assim como à incapacidade e omissão do Estado no que se refere

a uma política voltada aos espaços públicos), para uma série de autores tem havido uma restrição dos espaços públicos e da vida pública nas cidades contemporâneas tal como se constituíram em outros períodos históricos, isto é, uma dissolução do espaço público tradicional (SENNET, 1988, CALDEIRA, 2000, DUHAU, 2001, DAVIS, 2009, DAMMERT, 2013).

Considerando tal problemática, este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que buscou analisar em que aspectos ou até que ponto o fenômeno da restrição dos espaços públicos se aplica à cidade do Salvador. Assim, o presente trabalho procura contribuir para essa discussão através de uma análise sobre os usos dos espaços públicos de Salvador e dos padrões de sociabilidade urbana presentes na cidade. O espaço público é o lugar onde melhor se pode compreender as relações estabelecidas entre as pessoas e a cidade, assim como as formas de organização ou desintegração da vida comum; sua análise permite compreender as interações urbanas e os padrões de sociabilidade (RAMÍREZ KURI, 2008).

Não obstante, a própria ideia de público adquire significados múltiplos na teoria e nos usos cotidianos, sendo necessário problematizar a sua utilização, especialmente estabelecendo dimensões e indicadores teórico-metodológicos para sua análise.

2. Espaço Público e Sociabilidade Urbana

Segundo Isaac Joseph (2002), o termo *espaço público* designa fenômenos que não são exatamente iguais – a esfera pública e o espaço público urbano. Para o autor, existem duas tradições para se pensar os espaços públicos, a europeia, voltada para uma compreensão associada à urbanidade e à democracia, e a norte-americana, ligada aos estudos urbanos da Escola de Chicago.

A tradição europeia, fortemente influenciada pelas formulações de Jürgen Habermas remete a uma esfera pública que começou a tomar forma no século XVIII, quando a constituição de uma cultura urbana se opôs aos espaços de poder da corte e da igreja. Tal cultura se constituiu nos salões e cafés e, posteriormente, tomou como meio os jornais e revistas, ou seja, as *publicações*. O uso livre e público da razão seria a regra constitutiva desse espaço público que se conforma como um espaço abstrato de debates assentado na autorregulação de uma sociedade heterogênea e densa,

que se fundamenta na pressuposição de igualdade entre os participantes da esfera pública (HABERMAS, 2003; JOSEPH, 2002).

Já a tradição norte-americana, segundo Joseph (2002), sai dessa compreensão abstrata do espaço de debate e desce ao nível da rua e do espaço concreto para interrogar sobre a sua natureza, sobre sua relação com as atividades cotidianas e ordinárias. A ênfase se volta ao espaço material, o que não quer dizer simplesmente espaço físico, mas um espaço visual e sonoro, cheio de agentes e objetos. Não se trata de um espaço de visibilidades mútuas erigidas em torno de julgamentos, mas um espaço de encontros e de deslocamentos, um lugar com nichos e fronteiras. Nessa lógica, a urbanidade muda de natureza e passa a supor a capacidade de administrar e gerenciar conflitos de classe, interétnicos e culturais, ou seja, conflitos entre diferentes grupos sociais sobre um mesmo território. Esta tradição, portanto, foca na interação entre grupos sociais nos seus usos cotidianos do espaço urbano.

Thierry Paquot (2009) coloca questões semelhantes às de Joseph (2002) no que tange às diferenças entre a esfera pública e o espaço público urbano. Para o autor, é indispensável dar uma ênfase à diferença entre as expressões pois elas designam realidades distintas e muitas vezes inconciliáveis. Apesar de tal diferença, Paquot chama a atenção para o fato de que as duas formações têm em comum a ideia de partilha, colaboração, relação, troca e circulação. Não são fenômenos iguais e, portanto, não podem ser assimilados um ao outro, mas também possuem profunda relação, o que justifica uma análise que leve os dois fenômenos a um bom termo.

Tentando superar as dificuldades de conceituação com vistas à elaboração de uma pesquisa empírica, a tese que deu origem ao presente trabalho, considerando contribuições de alguns autores sobre os conceitos de esfera pública, espaço público e urbanidade¹, se debruçou sobre *o(s) espaço(s) público(s) urbano(s)*, analisando-os a partir de quatro dimensões analíticas:

a) **A geografia pública** (tomada a partir do espaço físico propriamente dito, isto é, os espaços de uso coletivo disponíveis na cidade) – lócus de acessibilidade ampla, onde a heterogeneidade social pode, em teoria, se expressar. Adotando a classificação de Andrade e Baptista (2013), a pesquisa centrou sua análise sobre os *espaços urbanos programados para uso público*, mais especificamente praças, largos,

¹ Ver Sennet (1988), Habermas (2003), Arendt (2008), Joseph (1999 e 2002), Bordreuil (2002), Paquot (2008), Gomes (2008), Netto (2012).

parques e jardins, ainda que de maneira geral as discussões tenham tangenciado o caso de outros tipos de espaços que podem ter usos públicos.

b) **A vitalidade e/ou vivência dos espaços públicos** (tomada a partir da utilização concreta/frequência aos espaços coletivos e do grau de diversidade social que efetivamente se expressa nesses espaços). Seguindo as considerações de Angelo Serpa (2007), não se pode analisar os espaços públicos apenas a partir da sua dimensão material ou da geografia pública, pois é relevante também considerar a utilização desses espaços e, ainda mais, o conteúdo das interações vivenciadas. Essa dimensão “imaterial” está aqui representada por uma terceira dimensão de análise.

c) **A sociabilidade urbana** produzida nos espaços públicos (tomada a partir de uma análise das características e conteúdos das interações engendradas na geografia pública e propiciada pela sua vivência). A sociabilidade é a expressão concreta da realização dos espaços públicos. A publicização da vida é um processo que envolve socialização e o público – tanto a esfera pública quanto os espaços públicos urbanos – é um lugar de comunicação e também de **ação** (BOURDREUIL, 2002, PAQUOT, 2009). Segundo Joseph (1999, p. 22), “com a sociabilidade, a estética da conversação e do consenso concertado [associados à esfera pública] se transfere para o sistema da rua” de modo que o espaço público se torna um instrumento de dramatização da intersubjetividade prática. A sociabilidade como prática realiza os ideais de civilidade e urbanidade. Para Joseph (1999, p. 22), “as palavras da sociabilidade (condescendência, tranquilidade, tolerância) convivem com as do combate e da obra (beneficência, compromisso)”. Essa perspectiva de análise rompe com uma visão contemplativa do espaço urbano identificando o “ballet interacional” nele existente (Bordreuil, 2002, p. 52).

De acordo com a definição clássica de Simmel (2002), sociabilidade é a forma lúdica da socialização, um tipo puro de relação sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos além da interação em si mesma (SIMMEL, 2002, FRÚGOLI JR., 2007). Para ele, a sociabilidade não tem conteúdos materiais e não espera resultados, “[...] não se busca nada mais do que estar satisfeito naquele momento” (SIMMEL, 2002, p. 84, livre tradução). Nessa relação, para o autor, são fundamentais as qualidades pessoais de amabilidade, cordialidade, cultura e capacidade de atração dos indivíduos, mas ela se fundamenta principalmente na exclusão das dimensões pessoais da interação, tais como riqueza, posição social, erudição e fama. Trata-se de um jogo da sociedade que se baseia no ato de participar, de modo que a satisfação

do ego participante seja compatível com a das demais pessoas. Por isso, em sua interpretação, a sociabilidade tem um princípio democrático, pois está baseado num jogo de “criação de igualdade”: “É o jogo em que se faz como se todos fossem iguais e ao mesmo tempo *como se fizessem honrarias a cada um em particular*” (SIMMEL, 2002, p. 90, livre tradução, grifos originais).

A sociabilidade erigida nos espaços públicos têm sido objeto de diversas análises. Segundo Joseph (2000), as relações que emergem do encontro público não são a de um “nós” já constituído². Retomando Simmel (1979), o autor destaca como os modos de vida urbanos são marcados pela tensão entre distância e proximidade, socialização e dessocialização, apego e desapego, de modo que o universo dos encontros é um universo de vínculos fracos. As associações construídas se caracterizam pela “vulnerabilidade dos compromissos” (JOSEPH, 1999, p. 36), o que não significa uma limitação mas uma característica que opera na construção das relações aí baseadas.

Para Bordreuil (2002), o espaço público possui um tipo de hospitalidade paradoxal porque a sensação de acolhimento advém do fato das pessoas não serem acolhidas como estranhas, um visitante ou turista, mas sim como um passante. Isso traz a sensação para os cidadãos de não estarem descolados. A interação nos espaços públicos, segundo o autor, respeita o rito da desatenção polida – retomando termo de Erving Goffman - um ritual de respeito e distância, que garante a liberdade de movimentos. Essa é a base da hospitalidade do espaço público. Isso se contrapõe a uma ideia de sociabilidade pautada em vínculos sólidos, construídos lentamente em função da socialização em determinados grupos e contextos, conforme analisada por Pierre Bourdieu (1980) no que tange às trocas onde se afirma o reconhecimento e que estão vinculadas à reprodução do capital social.

Na análise da sociabilidade desenvolvida nos espaços públicos, o presente trabalho buscou observar as características das interações evitando juízos de valor

² “Ora, de Simmel a Goffman, a linha de pensamento que incorporou a questão do estrangeiro construiu-se sobre outra experiência: a dos vínculos fracos, a do mal-entendido e do retraimento, da inevitável superficialidade das trocas. [...] O que interessa à tradição sociológica que tem origem em Chicago não é a sociabilidade de um “nós” já constituído. O interessante é o que *emerge* de um encontro público [...] o *mais sociedade*, para falar como Simmel, que se pode esperar de uma reunião feliz, pertinente. É, a meu ver, o principal interesse da figura do estrangeiro: como ele vê a capacidade de determinada sociedade fazer com que o vínculo social tome consistência; que ele, estrangeiro, seja “transportado”, no cotidiano de sua experiência mundana e urbana, para o coração da esfera pública” (JOSEPH, 2000, p. 5).

em torno da (aparente) contradição entre vínculos e contatos, ou entre relações que envolvem maior intersubjetividade, classificadas como propriamente política porque pautada nas comunicação, conforme definições clássicas de Habermas (2003), ou maior distanciamento, uma atitude *blasé*, conforme definiu Simmel (1979), seguindo assim autores como Sabatini et al (2013), Andrade e Baptista (2013) e Carvalho Filho e Uriarte (2014) que reconhecem a relevância dos variados tipos de interação que ocorrem nesses espaços.

Para além das três dimensões acima referidas, a tese que deu origem a este trabalho ainda buscou analisar os espaços públicos a partir de uma quarta dimensão, relativa a usos mais específicos:

d) **Os espaços públicos como palco e cena da política.** Essa dimensão se refere ao uso da geografia pública da cidade para fins de mobilização, participação e discussão política (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2014).

Embora a pesquisa mais ampla desenvolvida tenha estudado os espaços públicos de Salvador a partir dessas quatro dimensões³, o presente trabalho, dada a exiguidade do espaço, enfatiza fundamentalmente a dimensão vinculada à *sociabilidade urbana*.

Em termos metodológicos, a pesquisa realizou uma triangulação entre diferentes métodos-fontes-técnicas (PEREIRA, 1991). Foram realizadas entrevistas qualitativas baseadas em relatos orais de diversos moradores da cidade, especialmente jovens, buscando garantir relativo equilíbrio entre as dimensões de classe, gênero e local de moradia. Para incorporar contrapontos à parcialidade dos relatos orais, o trabalho utilizou também revisão da literatura sobre a cidade de Salvador, análise de documentos, observação direta e participante em espaços públicos representativos da cidade, pesquisas em arquivos de jornais e entrevistas com informantes qualificados, pesquisadores, historiadores entre outros atores-chave.

3. Interreconhecimento e Cotidianidade nos usos dos espaços públicos

A cidade do Salvador foi fundada no século XVI com o objetivo de se constituir como uma cidade fortaleza onde se concentraria a administração portuguesa do território brasileiro. A ocupação da cidade colonial manteve suas principais

³ Para mais detalhes ver ARANTES (2016).

características até o final do século XIX, quando teve início um longo período de modernização do espaço, que foi impulsionado em meados do século XX e se consolidou nos anos 70 com a metropolização industrial. Nesse período, transformações econômicas, políticas e urbanas desencadearam a configuração de um novo centro formado ao redor do primeiro shopping center da cidade e um crescimento dentro de um padrão periférico baseado em três vetores bem delineados de expansão. Salvador chegou ao século XXI mantendo esse macro padrão de apropriação do solo, comportando uma cidade “tradicional”, uma cidade “moderna” e uma ampla cidade “precária” (CARVALHO e PEREIRA, 2014). No entanto, desde a década de 1990 vêm emergindo transformações importantes na sua dinâmica sócio-espacial, com a ampliação dos negócios imobiliários, o crescimento da violência e do medo, o aumento do número de shopping centers, entre outros enclaves fortificados, como os condomínios fechados, o crescimento da cidade para as bordas metropolitanas, o início de processos de gentrificação em áreas centrais, a privatização do carnaval e a desvalorização, principalmente pelas camadas médias e altas, das festas populares, entre outros fenômenos que têm impactado sobre os usos dos espaços públicos.

No contexto dessa experiência contemporânea de cidade existe um contingente considerável de cidadãos dos mais diversos grupos que não frequenta e que evita frequentar os espaços públicos de Salvador. Isto se deve a variados elementos, como a falta de prática/costume, desafeição e desinteresse pelos espaços públicos, pelas atividades ali praticadas e pelos seus frequentadores costumeiros, a sensação de medo e insegurança, entre outros aspectos. As evidências coletadas sobre a dinâmica da vida urbana na Salvador contemporânea demonstram claramente uma tendência de esvaziamento e restrição dos espaços públicos. Tal processo se associa intimamente à crescente valorização dos espaços privados, que centralizam a experiência urbana de boa parte dos cidadãos.

Esses comportamentos se contrapõem à sociabilidade típica da vida pública clássica, um prazer na companhia dos outros diferentes, assim como dos ideais de civilidade, como aquilo que protege os homens uns dos outros permitindo ao mesmo tempo que se tenha prazer nessa companhia (SENNET, 1988). A cultura política autoritária e hierárquica da sociedade brasileira (TELLES, 1999), que não reconhece a legitimidade das diferenças, inviabiliza a constituição de um espaço público que se assemelhe ao que Hannah Arendt (2008) definiu como um lugar onde se expressa a

pluralidade da condição humana, onde as pessoas interagem e se colocam através da ação e do discurso.

Apesar desses processos, os usos dos espaços públicos conservam certa vitalidade e fazem parte das práticas de diversos grupos. Em primeiro lugar, é importante destacar como os espaços programados para uso público em Salvador são heterogêneos entre si e por isso bastante desiguais, em termos de condições, usos e localização. Eles se concentram principalmente em bairros centrais e áreas valorizadas em termos imobiliários e turísticos e isso interfere sobre seus usos e nos perfis dos usuários.

Em geral, os espaços utilizados com mais frequência são os próximos das residências dos frequentadores, que apresentam um uso cotidiano e, frente à diversidade da cidade, mais homogêneo. Eles concentram vizinhos, conhecidos e grupos relativamente semelhantes, se convertendo em territórios do (inter)reconhecimento. Associam-se a esses espaços um conjunto de práticas vinculadas às atividades físicas, passeios e brincadeiras com as crianças, encontros com os amigos, consumo de bebidas e comidas, frequência a eventos, feiras e apresentações musicais, entre outras.

Segundo Michel Agier (2011), os cidadãos se identificam espontaneamente com os lugares mais próximos, construindo uma sobreposição quase perfeita entre o espaço físico e um sentimento de pertencimento a uma coletividade⁴. Por isso, as interações aí desenvolvidas podem ser associadas a relações sociais de tipo comunitário, adotando a definição clássica de Max Weber (1994, p. 25, grifos originais), ou seja, um tipo de relação que “repousa no *sentimento* subjetivo dos participantes de *pertencer* (afetiva ou tradicionalmente) ao *mesmo grupo*”. Nesses espaços, se desenvolve um tipo de sociabilidade pautada nas similitudes, como ilustram os depoimentos de alguns entrevistados:

As pessoas interagem [nessa praça], tanto que quando chega algum vizinho novo, que não interage, já é tido no meio como estranho. O normal é todo mundo socializar. (D., 23 anos, estudante universitária, moradora da Pituba, bairro de perfil médio-alto)

[Frequenta mais as praças do bairro] Porque lá, por eu estar no meu bairro, é mais minha galera, é tudo família, é mais unido. Se junta todo mundo, faz

⁴ “Independentemente das formas materiais que ela é chamada a ter, a dimensão familiar da cidade é uma parte essencial da vida na cidade – e, por conseguinte, da vida das cidades. É ela que permite a ancoragem social mínima de cada um, o seu mínimo social vital, em certa medida, tal como é vivido nos detalhes do cotidiano.” (AGIER, 2011, p. 115).

uma festinha num canto, se junta, lancha todo mundo. Eu acho que mais por causa disso, é a união. [As pessoas] Costumam interagir, interagem bem umas com as outras, pode até se conhecer no mesmo dia e interagem como se já se conhecessem há muito tempo. (P., 18 anos, estudante/atleta amadora de boxe, moradora de Periperi, bairro de perfil popular)

É interessante analisar as características desse padrão de sociabilidade. No primeiro relato se observa claramente as expectativas existentes sobre o comportamento das pessoas que compartilham aquele espaço. Espera-se que sejam “sociáveis”, “amigáveis”, que participem do jogo interacional ali já estabelecido. Quando isso não acontece, formas de controle social e coerção são colocadas em prática. Essa prática se contrapõe ao que Georg Simmel (1979), retomado posteriormente por Louis Wirth (1979) e Samuel Bordreuil (2002), definiu como as características da sociabilidade das grandes cidades modernas, mais fluidas e impessoais. Não é o que se deduz de tal relato na medida em que as expectativas e formas de controle parecem se constituir em torno a padrões de sociabilidade mais personalizados, justamente porque pautados em um grau elevado de similitudes, diferentemente do que acontece em espaços onde há uma maior heterogeneidade social, conforme se verá mais adiante.

O segundo relato também ilustra uma dimensão interessante, o interreconhecimento e o “entendimento tácito” existentes entre os (pelo menos entre alguns) frequentadores desses espaços. Esse comportamento se assemelha a certas características que Ferdinand Tönnies (1973) identificou na comunidade antiga, em contraposição à sociedade moderna, a existência de um acordo tácito compartilhado pelos membros, que se torna ponto de partida da união e gera reciprocidade e vínculos. Para Tönnies, em contraposição à sociedade, que seria conformada por um “mundo” que é amplo, “público”, configurado em torno de convenções e pactos construídos, a comunidade é pautada na concórdia e na compreensão (*consensus*), sentimentos recíprocos comuns e associados que nascem de relações familiares e frequentemente entre amigos e vizinhos.

Isso não significa que existam nesses bairros ou nesses espaços públicos uma vida comunitária, harmônica, sem conflitos e medo ou pautada numa homogeneidade absoluta, mas apenas que em termos ideais-típicos os padrões de sociabilidade aí desenvolvidos se assemelham as tais características. Também não significa que entre muitos frequentadores desses espaços possa se constituir um tipo

de prática pautada no compartilhamento do espaço vinculado a uma distância espiritual, como descreveu Simmel (1979).

Esses padrões de usos dos espaços públicos e de relações de sociabilidade podem ser observados nas mais diversas praças, largos e parques da cidade. Ainda que os grupos populares (apesar da restrição do número de espaços programados para uso público nesses bairros) e médios de áreas mais tradicionais sejam os principais frequentadores desses espaços de uso cotidiano, mais recentemente as camadas de média e alta renda também têm passado a utilizar alguns deles, principalmente certas praças reformadas recentemente ou adotadas por grandes empresas. Esse é o caso da Praça Ana Lúcia Magalhães.

A referida praça se tornou um lugar bastante utilizado, especialmente por jovens casais e seus filhos. Por ser localizada em uma área elitizada e distante de concentrações populares, além de possuir certa infraestrutura e equipamentos para uso infantil (como pula-pula, piscina de bola, minikart, entre outros – todos privatizados, diga-se de passagem – e espaços para que as crianças andem de bicicleta, patins, skates, patinetes, miniveículos motorizados, etc.), a praça se tornou um lugar onde as famílias com filhos, e também pessoas com seus cachorros – muito frequentes – passam boa parte do seu domingo, estendendo toalhas e cangas ao chão e levando seus lanches. A realização de shows e atividades infantis contribuem ainda mais para a sua atratividade. Assim como em espaços populares, percebe-se claramente a homogeneidade social dos frequentadores, amplamente brancos e de camadas de média e alta renda.

Essa apropriação relativamente homogênea (que demonstra o caráter segregado da cidade) também se expressa em outros espaços que, embora não sejam classificados como programados para uso público, podem ser considerados lugares de acesso público como as praias. Em Salvador, rodeada por 50 km de praias, conforme assinalado por Angelo Serpa (2007), elas desempenham uma espécie de concorrência aos espaços programados para uso público, de modo que, pode-se dizer, cumprem um papel mais relevante na cultura soteropolitana como espaço de lazer do que os parques e as praças. A praia é um dos espaços frequentados por todos os grupos sociais da cidade, mas assim como os bairros adjacentes elas têm um perfil específico de usuários, definidos basicamente em função das linhas gerais de apropriação do espaço da cidade. Tal homogeneidade é reafirmada ainda pelas estratégias deliberadas de localização e circulação. Os estereótipos e os imaginários

construídos sobre o perfil dos usuários interferem na disposição a frequentar determinados espaços⁵.

Tais processos contribuem para que a maior parte dos largos, parques, praças e praias sejam, em geral, apropriados por grupos sociais semelhantes o que limita a capacidade desses espaços públicos de expressar diversidade social e engendrar vínculos que construam relações de “civildade”, interesse no outro ou mesmo em determinadas formas de consenso entre diferentes classes sociais e estratos de classe (SENNET, 1988, HABERMAS, 2003, ARENDT, 2008). Apesar dessa característica geral da apropriação dos espaços públicos em Salvador, existem algumas exceções relevantes.

4. Diversidade, fragmentação e autossegregação nos usos dos espaços públicos

Alguns espaços públicos em Salvador conseguem agregar usuários de perfis mais diversificados, especialmente aqueles localizados em regiões centrais e valorizadas simbolicamente, como a Praça da Piedade, o Largo do Campo Grande, o Parque do Dique do Tororó e o Farol da Barra. Esses espaços, seja pela lógica dos usos ordinários, de passagem ou extraordinários/ocasionais (AGIER, 2011), concentram frequentadores como vendedores ambulantes, população de rua, estudantes de colégios e cursos preparatórios para o vestibular, trabalhadores, praticantes de atividades físicas, grupos de idosos, grupos de jovens, artistas de rua, entre outros. Muitas vezes os frequentadores são de perfis de classe distintos e provenientes de bairros distantes.

Entre esses espaços, a nova orla do bairro da Barra tem se destacado. Os dados coletados demonstram como o Farol da Barra, especialmente aos domingos, têm se tornado um local de encontro de jovens na cidade, inclusive de moradores de bairros periféricos. Segundo os relatos, isso vem se consolidando depois das reformas realizadas entre os anos de 2014 e 2015. Tal reforma ainda gera muita polêmica pelos efeitos que têm causado no bairro⁶. Apesar disso, em todos os momentos em que se

⁵ Por exemplo, enquanto diversos grupos populares têm recentemente se libertado de antigas “barreiras”, passando a frequentar espaços mais centrais e valorizados da cidade, assim como shopping centers, os grupos médios e altos somente em ocasiões extraordinárias circulam pelos bairros populares e/ou frequentam seus espaços públicos.

⁶ De acordo com a Associação de Moradores e Amigos da Barra – AMA Barra, as consequências das reformas foram negativas, como a falência de 106 estabelecimentos comerciais, a mudança do trânsito,

realizou observações diretas e participantes, pôde-se notar a presença de muitas pessoas utilizando esse espaço com um perfil variado em termos sociais e de práticas. Num dos domingos do ano de 2015, por exemplo, pôde-se observar um encontro organizado pelas redes sociais com o nome “Aproveita e me beija” quando uma pluralidade de jovens se fazia presente: pessoas de diversas orientações sexuais, estilos, perfis de roupas (dos “roqueiros” aos “funkeiros” e membros de bondes) e práticas esportivas, bicicletas, skates e patins. Alguns relatos ilustram essa configuração do Farol da Barra como um ponto de encontro juvenil de relativa heterogeneidade:

[...] Rapaz, domingo, todo mundo vai pra Barra domingo. [...] Mais de manhã, de tarde... Na Barra a galera vai mais pra passear, se encontrar, o pessoal fica lá tocando violão, conversando, andando de skate às vezes naquela área ali onde a galera anda de skate. [Tinha] Adolescentes entre 16 e 20 anos. E turistas também, muito turista... Um perfil social alternativo, aquela galerinha alternativa, da maconha, do rock, do reggae, da cachaça que você vê muita gente bebendo ali, virou point de cachaça na verdade aquilo ali. [As pessoas] Interagem, aí sim interação. Tem até eventos ali, alguma coisa do abraço e do beijo, aí fica um grupinho lá se abraçando, se beijando. [...] tem muita gente dos outros bairros mesmo, no geral, não é só o pessoal do centro não. (L., 20 anos, estudante de cursinho, morador do Tororó, bairro de perfil médio-popular)

[...] Querendo ou não se tornou meio que um evento você ir na Barra domingo, mesmo você não morando na Barra. Antes só ia na Barra domingo, a maioria das pessoas, são as pessoas que moram lá. Eu vejo muita gente indo, eu mesmo passei uns dois meses indo todo domingo lá, final de tarde. (D., 23 anos, estudante universitária, moradora da Pituba, bairro de perfil médio-alto)

Algumas praias também se configuram como exceções à tendência mais geral de reafirmação do padrão de apropriação social do espaço da cidade sobre os usos dos espaços públicos. O exemplo mais paradigmático é o Porto da Barra que é frequentada por diversos grupos de usuários, tanto jovens de bairros populares quanto aqueles de perfil mais elevado, além de grupos distintos em termos de orientação sexual, estilos, práticas culturais, etc.

Conforme se observa, existem ainda alguns espaços públicos em Salvador que agregam perfis mais diversos de usuários, em termos sociais, culturais e geracionais. Diferentemente do que acontece nos espaços de usos e perfis mais homogêneos, os padrões de sociabilidade construídos nesses contextos se baseiam em outros fundamentos. Em geral, as observações realizadas e os relatos colhidos

a falta de vagas de estacionamento, entre outros aspectos, como a perda da vivacidade da orla que, segundo os moradores, se tornou um espaço espetacular, praticamente utilizado somente nos finais de semana.

indicam que, com raras exceções, os padrões de interação desenvolvidos se constroem em torno do que Simmel chamou de atitude *blasé*, uma espécie de indiferença e proteção frente aos outros. Dificilmente há interações mais duradouras e/ou “profundas” entre as pessoas, para além de um contato visual ou um rápido comentário sobre algo corriqueiro. Como Sennet (1988) descreveu no processo que chamou de diluição do comportamento público em Londres e Paris, prevalece muitas vezes a ética do silêncio na utilização dos espaços. Isso é muito típico de certos usuários, principalmente aqueles que têm nos espaços públicos um lugar de práticas individuais, como os esportistas. Em tempos de aparato eletrônico, isso fica muito visível na utilização dos fones de ouvido que, simbolicamente, representa o recado de que não se está disposto a dialogar.

Os relatos coletados dão conta de que dificilmente as pessoas constroem novas relações frequentando espaços públicos, principalmente porque, quando o utilizam, já estão acompanhados dos próprios amigos, namorados(as) ou familiares e, quando muito, conhecem “amigos de amigos”. Nesse aspecto, os entrevistados foram muito diretos, destacando que tanto nos parques e praças quanto nas praias dificilmente há formas de interação entre os distintos grupos de usuários, com exceção dos momentos de paquera, quando as interações intergrupais se ampliam. Porém, isso ocorre mais nos espaços festivos, boates e lugares para shows, geralmente privados e bastante homogêneos, tanto em termos de classe, dos seus *habitus* e estilos musicais. Na prática, portanto, as interações acabam tendo um perfil intraclassista. A bem da verdade, também nos espaços públicos as interações acabam sendo intraclasses, não apenas por uma questão de acessibilidade e localização dos espaços, mas também por conta dos *habitus*, estilos e interesses dos diversos grupos conforme o depoimento de uma entrevistada que, refletindo sobre os tipos de pessoas que encontra quando sai de casa, percebe que elas são no fundo muito parecidas a ela:

Apesar de eu achar que tem muita gente diferente no Rio Vermelho [bairro boêmio], mas as que a gente encontra de diferente, que chega a ter uma conversa, são parecidos com a gente. Então, quando a gente conversa com alguém além do nosso grupo lá são ainda assim similares à gente. (B., 19 anos, universitária, moradora de Piatã, bairro de perfil médio-alto)

É interessante notar como os entrevistados relatam um tipo de interação pautada numa autossegregação dos grupos, conforme salientado por Angelo Serpa

(2013)⁷. Tais espaços da diversidade acabam se convertendo lugares fragmentados, marcados por estratégias de neutralização das diferenças (KOWARICK, 2002).

A exceção a essa prática é dada pelo comportamento das crianças, alguns grupos de jovens (como aqueles do Farol da Barra) e idosos que, sendo aposentados e possuindo mais tempo livre, reúnem-se muitas vezes nos espaços públicos. Esses grupos desenvolvem alguns jogos de sociabilidade baseados na vontade de participar, ou seja, uma forma de socialização sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos além da interação nela mesma (SIMMEL, 2002). Mas, o padrão mais frequente de sociabilidade se aproxima das compreensões de Simmel (1979, p. 20) sobre a vida nas grandes metrópoles: a constituição de contatos superficiais, transitórios e segmentados derivada da heterogeneidade de pessoas, situações e vivências existentes. Os comportamentos dos cidadãos nesses espaços se revestiria não apenas de reserva e indiferença mas uma “aversão, estranheza e repulsão” mútuas. A proximidade física esbarraria, portanto, numa distância espiritual.

No que tange a essa fragmentação das interações nos espaços públicos, Angelo Serpa (2013) também constrói uma visão bastante crítica, afirmando que a cidade contemporânea é o lugar por excelência da manifestação dos aspectos simbólicos da segregação. Os usos dos espaços, quando ocorrem, se dão para ele como uma justaposição de territórios diferentes, juntos, mas na prática separados. Isso ocorreria basicamente porque os espaços públicos são apropriados através do autoisolamento de grupos e indivíduos que negam o outro através da indiferença, fazendo do público um território privado, onde a vida doméstica se desnuda ao olhar de todos, o que esvazia a sua dimensão política. Esse é um ponto fundamental, no sentido de que, a diluição e/ou restrição dos espaços públicos pode ocorrer não apenas através do seu abandono e evitação, mas justamente por conta dos tipos de usos e práticas que se dão nesses espaços.

Sobre essa perspectiva, alguns autores possuem uma visão mais “otimista”, por assim dizer, sobre esse tipo de interação (BORDREUIL, 2002, SABATINI ET AL, 2013, ANDRADE E BAPTISTA, 2013 e CARVALHO FILHO E URIARTE, 2014). O

⁷ “Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólicos, por vezes “invisíveis”. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível – fisicamente – a todos.” (SERPA, 2013, p. 176)

próprio Simmel considerou a vida nas grandes cidades como castradora de subjetividades, mas ao mesmo tempo potencialmente libertadora de controles personalizados típicos do mundo rural e das comunidades (SIMMEL, 1979). Os referidos autores, por sua vez, reconhecem que esses comportamentos, baseados na “vulnerabilidade dos compromissos” (JOSEPH, 1999, p. 36), parecem ser característicos dos espaços públicos de sociedades complexas e, ao contrário de serem somente limitadores, possuem também o potencial de engendrar a liberdade de movimentos e garantir a existência das diferenças, produzindo determinado tipo de hospitalidade baseada no acolhimento e na ausência de controles, o que garantiria a liberdade individual e a existência das diferenças (BORDREUIL, 2002).

Nesse sentido, mesmo não produzindo vínculos ou não sendo interações “políticas”, ou seja, sendo pautados em momentos fugidios e segmentados, a copresença nesses espaços poderia significar a produção de contatos, também importantes para a coesão social na medida em que dão forma à dimensão fortuita da vida de uma cidade e “[...] podem ter importantes efeitos simbólicos e sobre a forma como se compreende o outro, transformando imaginários e ajudando a derrubar ou construir preconceitos e estereótipos” (SABATINI ET AL, 2013, p. 272-273, livre tradução).

Frente a um contexto em que as formas de segregação e autosegregação são cada vez mais extremas, e o abandono e evitação dos espaços públicos se torna uma tendência (como visto anteriormente), tais contatos ganham ainda mais importância porque permitem que a diversidade se expresse. Dessa forma, ainda que de modo fragmentado, a cidade pode expressar sua realidade e contradições “[...] entre esplendor e miséria, entre riqueza e pobreza, inteligência e ignorância, ordem e caos” (WIRTH, 1979, p. 103). De todo modo, para além das distintas interpretações possíveis, o padrão de sociabilidade desenvolvido nesses espaços públicos pode ser descrito, seguindo as palavras de Simmel e Wirth, como segmentários, superficiais e transitórios, muitas vezes pautados em estratégias de autosegregação e fragmentação.

5. Considerações finais

Este artigo buscou contribuir para o debate acerca dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, sua relevância atual e sua capacidade de expressar

diversidade e engendrar relações de sociabilidade. Como já haviam advertido Andrade e Baptista (2013), o rótulo “espaços públicos” encobre uma complexidade de espaços e interações cuja análise envolve tanta diversidade de experiências que exige do pesquisador um cuidado muito grande no seu entendimento e distinção, ainda mais ao considerar os espaços públicos a partir de variadas dimensões, que apresentam tendências múltiplas e muitas vezes contraditórias.

Mantendo isso em consideração, pode-se afirmar que as evidências coletadas sobre a dinâmica da vida urbana na Salvador contemporânea demonstram uma tendência de esvaziamento e restrição dos espaços públicos. Tal tendência geral, no entanto, não anula a vitalidade ainda existente nos seus usos, perfis de usuários, práticas e relações de sociabilidade.

Como visto, em geral os espaços utilizados com mais frequência são aqueles mais próximos das residências dos frequentadores, que apresentam um uso mais cotidiano e homogêneo. Emergem daí formas de sociabilidade pautadas na cotidianidade, no interreconhecimento e na familiaridade (TÖNNIES, 1973; WEBER, 1994; AGIER, 2011). Tais usos podem a princípio ser classificados como “segregados”, uma vez que não logram produzir convivência entre diferentes grupos. Apesar disso, é importante destacar, seguindo Agier, que tais espaços conformam a cidade de modo relevante uma vez que as interações familiares possuem uma importante agência na estruturação do espaço urbano.

A despeito dessa característica mais geral, alguns espaços agregam usuários de perfis mais diversificados, em termos de classe, étnicos e de práticas culturais. Nesses espaços, com exceção de alguns grupos de jovens, os padrões de sociabilidade são mais despersonalizados e se constroem em torno da conhecida atitude *blasé*, ou seja, a partir de contatos superficiais, transitórios e segmentários. Isso se expressa muitas vezes também em formas de autosegregação dos grupos de usuários, que conformam um espaço que se constitui como uma justaposição de territórios diferentes, juntos, mas na prática separados e fragmentados. As interações acabam tendo um perfil intraclassista, não apenas por uma questão de acessibilidade e localização dos espaços, mas também por conta dos *habitus*, estilos e interesses dos diversos grupos. A negação da diferença, condição fundamental do espaço público, indica que a vida dos cidadãos em Salvador, de maneira geral, é construída em torno a círculos e circuitos bastante específicos. E isso interfere na apreciação do *outro*, na disposição ao encontro e nos usos dos espaços públicos, assim como na

existência de diversificadas formas de conflito, disputas por espaço, formação de territórios “morais” e simbólicos, entre outras dimensões.

Mesmo com a existência dessas práticas de autoisolamento, é relevante destacar que, frente a um contexto urbano em que formas cada vez mais extremadas de segregação se ampliam, o simples contato entre as pessoas produzido pelos espaços públicos pode ajudar a desconstruir alguns estigmas e estereótipos. Para alguns autores, a “vulnerabilidade dos compromissos” (JOSEPH, 1999, p. 36) engendrada nos espaços públicos ao contrário de ser somente limitadora possui também o potencial de garantir a liberdade de movimentos e a existência das diferenças (BORDREUIL, 2002, SABATINI ET AL, 2013, CARVALHO FILHO E URIARTE, 2014).

Assim, o espaço público em Salvador não está morto, conserva certa vitalidade, mas se caracteriza, como seria de se esperar pelas condições da própria cidade, por seu caráter extremamente desigual, segregado e fragmentado. Tais características se expressam nas formas de sociabilidade aí desenvolvidas. Se, de um lado, os espaços públicos nessa cidade não cumprem o papel assignado teoricamente como espaço integrador e gerador de práticas democráticas (RAMÍREZ-KURI, 2009), de outro persistem e resistem formas distintas de sociabilidade, com suas contradições, potenciais e limitações – fenômenos que precisam continuar sendo estudados em busca de uma compreensão mais rica e aprofundada das cidades contemporâneas, especialmente no que tange a temas tão complexos como os espaços públicos e as formas de sociabilidade.

Referências

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. **Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos**. IN: XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia. Santiago do Chile, 2013.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **Fugindo dos “males” da cidade**: os condomínios fechados na grande Salvador. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

ARANTES, Rafael de Aguiar. **O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA. Salvador, 2016.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BENJAMIN, Walter. Paris do Segundo império. IN: _____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Obras Escolhidas, vol. III. São Paulo: Brasiliense: 1989.

BORDREUIL, Samuel. Espace public, urbanité et mouvements. IN: JOLÉ, Michèle (coord.). **Actes du séminaire du CIFP de Paris, 2000-2001-2002**. Lyon: CERTU, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social**. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 31, janvier 1980. Le capital social. pp. 2-3. Disponível em <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069>. Acesso em 17/12/2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). Salvador: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2014.

CARVALHO FILHO, Milton Júlio; URIARTE, Urpi Montoya A Avenida Sete e seus transeuntes (parte I) IN: _____. _____. (orgs.). **Panoramas urbanos: usar, viver e construir Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014, p.31-57.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos**. São Paulo: Boitempo, 2009.

DUHAU, Emílio. Las metrópolis latinoamericanas em el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 1, 2001, p. 41-68.

FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutura da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JOSEPH, Isaac. A escola de Chicago. IN: VALLADARES, Lícia do Prado; KANT DE LIMA, Roberto. A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph. **BIB**, Rio de Janeiro, n.º 49, 1.º semestre de 2000, pp. 3-13.

JOSEPH, Isaac. Espace public, urbanité, citoyenneté. IN: JOLÉ, Michèle (coord.). **Actes du séminaire du CIFP de Paris, 2000-2001-2002**. Lyon: CERTU, 2002.

JOSEPH, Isaac. Paisagens urbanas, coisas públicas. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30/31, p. 11-40, jan./dez. 1999.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 63, jul. 2002, p. 9-30.

NETTO, Vinicius. A urbanidade como devir do urbano. IN: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

PAQUOT, Thierry. **L'espace public**. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

RAMÍREZ KURI, Patricia. La fragilidad del espacio público en la ciudad segregada. IN: CORDERA, Rolando; RAMÍREZ KURI, Patricia; ZICCARDI, Alicia. **Pobreza, Desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI**. México: Siglo XXI, UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales, 2008.

SABATINI, et al (ed.). **Cultura de cohesión e integración social en ciudades chilenas**. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, 2013.

SALCEDO, Rodrigo Hansen. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. IN: **EURE** (Santiago) v.28 n.84 Santiago sep. 2002.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. IN: VELHO, Otavio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. 4º Ed, p. 11-25. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIMMEL, Georg. **Cuestiones fundamentales de sociología**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais: afinal de que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidades e sociedades como entidades típico-ideais. IN: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. IN: VELHO, Otavio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. 4º Ed, p. 68-89. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. V.1, Distrito Federal: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida. IN: VELHO, Otavio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. 4º Ed, p. 90-113. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.